

A GREVE DE FOME DE 1983: MEMÓRIAS E NARRATIVAS SOBRE O MOVIMENTO DOS PROFESSORES DE MANAUS

LA HUELGA DE HAMBRE DE 1983: MEMORIAS Y NARRATIVAS SOBRE EL MOVIMIENTO DE LOS PROFESORES DE MANAUS

James Da Costa BATISTA*

Resumo: O trabalho tem como embasamento apresentar o movimento dos professores na Cidade de Manaus na década de 1980, através de uma de suas mobilizações, a Greve de Fome de 1983. Prima-se neste momento, expor as memórias sobre a greve, utilizando-se principalmente a narrativa de cinco professores participantes das mobilizações. Localizado no momento em que o país passava pelo Processo de Abertura Política no fim da década de 1970 e início de 1980, trazemos ainda uma exposição do cenário político regional e nacional.

Palavras chave: Movimentos Sociais; Professores; Memórias.

Resumen: El trabajo tiene como base presentar el movimiento de profesores en la ciudad de Manaus en la década de 1980, a través de una de sus movilizaciones, la huelga de hambre de 1983. Se considera, en este momento, exponer las memorias sobre la huelga, utilizando principalmente la narrativa de cinco profesores participantes en las movilizaciones. Ubicado en un momento en que el país pasaba por el Proceso de Apertura Política a fines de los años 1970 y principios de los 1980, también presentamos el panorama político regional y nacional.

Palabras clave: Movimientos sociales; Profresoes; Memorias.

Introdução

Instaurada desde 1964 no Brasil, a Ditadura Civil Militar¹ surgiu período em que o país foi governado pelas Forças Armadas e perdurou por 21 anos até 1985, após o processo de uma Abertura Política lenta, gradual e segura, segundo o General Presidente Ernesto Geisel (1974-1979).

Nesse período fez-se fruto de um processo em tomada de poder pelas Forças Armadas brasileiras, personificando tal regime, a partir de diversos Atos Institucionais (AI's)². O Ato Institucional nº 1 reforçou o domínio militar com prisões e cassações que ocorrera em várias partes do país e através da consolidação do Regime Militar brasileiro, que aconteceu a partir do governo de João Goulart.

A Ditadura Civil-Militar se estabeleceu realmente em 1968 com a edição do Ato Institucional nº 5 no dia 13 de dezembro do mesmo ano, no governo do Marechal Costa e Silva.

* Mestrado em História pela Universidade Federal do Amazonas, Brasil (2018). Atualmente é professor da Educação Básica (História) pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC AM). E-mail: gcmjames81@gmail.com.

Um dos elementos de coerção e repressão mais explorado pelo AI-5 significativa foi a censura, que renteava direitos da sociedade como um todo. A censura é inserida na sociedade em um primeiro momento para controlar os atos da imprensa nacional, que teve seu auge no final da década de 60 e início da década de 70, posteriormente passou a fiscalizar os atos artísticos tais como músicas, filmes, peças teatrais e novelas. O próximo passo foi a interferência na vida social do povo brasileiro, quando agências criadas pelo governo supervisionavam os costumes da sociedade da época especificamente a censura às diversões públicas ocorrida no final da década de 70 durante o início da abertura política.³ A repressão não se manteve apenas em áreas culturais mas também aos segmentos organizados como visto neste caso aos servidores públicos.

O fim da década de 1970, marca o início da Abertura Política no país. O fim do bipartidarismo, em 1979 foi uma das ações que marcou a retomada para a reinstalação democrática no país. Partidos vigentes no período da ditadura⁴ deram lugar a novas siglas partidárias⁵. Ainda no fim da década de 1970, houve uma efervescência dos movimentos sociais e um reforço às ações de luta em prol dos interesses dos trabalhadores. Conseqüentemente o período também foi cenário de várias greves no país, construídas na luta por melhores condições de trabalho e salários, onde se fez neste panorama surgir um novo personagem, conhecida como as lideranças sindicais (SILVA, 2007, p. 270).

Mesmo que o período tenha tido como uma das principais características a repressão, o momento não representou uma estagnação dos movimentos sociais brasileiros. No entanto, devido a repressão, tal fase deve ser encarada como um momento de esfriamento dos movimentos. Assim, neste “aquecimento” das mobilizações no fim da década de 1970, o movimento dos trabalhadores acabou interferindo em novas relações políticas pois, dentro desses acordos essa massa não estava inserida, o que levou a um reforço nas ações de trabalhadores de diversas categorias (SANTANA, 2007, p. 286).

Papel especial também teve a Lei de Anistia⁶, que embora privilegiasse os dois lados militares e exilados colaborou muito no processo da transição devido o retorno de várias personalidades contrárias ao governo militar.

Para Silva, a Anistia:

“Decretada pelo governo, sem negociação com a oposição em 28 de agosto de 1979, a anistia assegurou que não haveria *revanchismos* – uma das principais preocupações das Forças Armadas -, pois o perdão não consentiria que os militares envolvidos com a repressão fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas.” (SILVA, 2007, p. 270.)

Assim, o que foi visto foi categorias buscando o alcance dos direitos, onde os metalúrgicos paulistas foram um dos grupos importantes nesse processo de enfrentamento político.

Para Santana, nesse contexto:

Após a Greve de 1978, tornaram-se possíveis outras mobilizações, em um processo que consolida e amplia com as greves metalúrgicas em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporam outras categorias (bancários, petroleiros, professores etc.) em todo o país, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil no período. (SANTANA, 2007, p. 289.)

Influenciados pelo movimento do ABC, os professores amazonenses e outras categorias buscaram por melhores condições sociais e econômica, que levou estes trabalhadores à organização e enfrentamento. A organização sindical era um fator que para os docentes ainda estava em ascensão, tendo em vista a entidade que os agrupava era objeto de estruturação naquele momento.

Essas mobilizações vistas teoricamente podem ser descritas como movimentos sociais. O termo “movimento social” foi se fortalecendo na virada do século XXI como oposição à opressão e convocação a ação popular, contra os desmandos que afligiam as categorias profissionais:

“Construir um forte movimento social pró-democracia é sempre uma tarefa da sociedade civil quando operando sob um ambiente político opressivo[...]. Um ponto de partida seria ser capaz de definir o que é um movimento social. Como o nome sugere, movimentos sociais são organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesses. Os movimentos sociais devem envolver os estratos significativos da sociedade, como os trabalhadores, os grupos de mulheres, os estudantes, os jovens e o componente intelectual. Esses vários setores de interesses da sociedade serão articulados em torno de uma insatisfação comum que, na maioria dos casos, será a percepção comum da falta de democracia em um contexto político específico.” (TILLY, 2010, p. 133.)

Mesmo na década de 70, professorado nacional era oriundo de um grupo, formados por profissionais liberais tais como advogados, médicos, padres etc. Portanto idealizado por uma população de um “considerado” poder aquisitivo (MARQUES, 2014, p. 1-11).

Após o ano 1970, o arrocho salarial, somado ao crescimento populacional e formação acelerada dos docentes, foram os principais impulsionadores da queda do padrão de vida dos professores.

Um dos mecanismos que o Estado Ditatorial encontrou para controlar a alta inflação que acontecia na época, para tanto o percentual de reajuste do salário mínimo era baixo o que diminuía o poder aquisitivo do trabalhador, incluídos então os professores.

Observe que:

“O processo de proletarização teve impulso acelerado no final da década de 1970 e a perda do poder aquisitivo dos salários assumiu papel relevante na sua ampla mobilização que culminou em várias greves estaduais entre 1978 e 1979” (FERREIRA; BITTAR, 2006, p. 1169).

Contexto da Greve de Fome dos Professores de Manaus

A diferença na relação quantitativa professor x aluno no Estado do Amazonas, já era percebida desde a década de 1960. Segundo o autor: “(...) às escolas criadas já não eram suficientes para atender a demanda crescente de alunos” (AGUIAR, 2002, p. 123).

Em 1971 o Estado dispunha de 1.178 escolas de e 3.573 professores para o ensino primário nas diversas dependências administrativas, Federal, Estadual, Municipal e Particular. A demanda de estudantes ainda era alta principalmente na área rural do estado, mesmo sendo atendida pela maioria das instituições de ensino.

A partir de 1972, também se percebe que os municípios tiveram um aumento nos seus quadros de instituições e professores motivado pela mudança da LDB, que aumentava de 4 anos para 8 anos o ensino de primeiro grau, majorando paralelamente o número de alunos e a necessidade dos municípios de alargarem a quantidade de vagas com a nova demanda.⁷

As problemáticas principalmente no que tange à questão salarial, fez com que os professores buscassem se organizar e partir para a luta. No entanto, a legislação vigente durante o Regime Militar não permitia que servidores públicos se organizasse sob a tutela de sindicatos o que forçou os docentes a procurar uma alternativa para se organizarem. O Professor Gerson Medeiros, partícipe dos movimentos da década de 1970 e 1980 explica como foi esse processo:

“(...) eu fazia parte da criação da nossa Associação, que é realmente a primeira associação que nós resolvemos desenvolver essa tarefa que foi a APPM que é Associação Profissional dos Professores de Manaus, que naquela época tinha duas associações a APPM e a SAP, a Sociedade Amazonense dos Professores. A SAP vivia, era uma instituição que vivia de filantropia e a outra a APPM era mais ligada a iniciativa privada. [...]. Naquela época os professores, como não tinha ainda uma entidade que centralizasse as reuniões, a gente fazia por unidade, cada unidade de ensino, os professores daquela unidade, iriam reunir naquela unidade pra discutir pra discutir as reivindicações, tá bom? Castelo Branco aqui do São Jorge, professores do São Jorge, da Compensa tudinho iam pro Castelo Branco, lá na quadra, ou então na sala a gente fazia a discussão sobre as reivindicações daquela unidade. Cada unidade. Aparecida fazia o seu processo de reunião e de reivindicação. O que aconteceu depois disso aí? A gente viu que não era por aí que a gente resolvia nosso problema, né? A gente falou com o Flaviano Guimarães, que era o presidente da APPM, o

Flaviano Guimarães, que era presidente da APPM, pra gente usar, se ele podia ceder pra nós a APPM, pra gente fazer o enfrentamento da luta política. E o Flaviano: olha tudo bem, já que tava lá sem... não tava funcionando mesmo! (...)dia dezessete de setembro de mil novecentos e setenta e nove, a APPM recebe a carta sindical. Ora após receber a Carta Sindical significa dizer que praticamente a criação do Sindicato dos Professores da Iniciativa privada (...)então se torna um Sindicato ligado exatamente aos professores da iniciativa privada. E aí que como agora como fazer pra resolver essa situação que tinha que ter alguma associação pra fazer a luta política. Aí em Plenária nós mesmos decidimos que a APPM seria transformada em APPAM a Associação Profissional dos Professores do Amazonas. Então é lá que a gente vai desenvolver essa tarefa, até mil novecentos... até a constituição(...) E foi feito todo esse processo.” (MEDEIROS, 2017, pp. 1-2)

A Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM), criada em 1979 naquele primeiro momento agregava somente professores da cidade de Manaus. Teve como primeiro presidente o Professor Aloysio Nogueira. Para ele a criação da APPAM, entende-se que:

“Em setenta e nove e daí as lutas se deram na APPM nesse período quando foi, nós tivemos um, quase que aplicavam um golpe em cima da gente, por que a APPM ela tinha entrado com um processo alguns anos antes em se transformar em sindicato, mas era proibido funcionário público ser sindicalizado, e eles não deram, não facilitaram isso. Ter APPM tava com esse processo lá, e quando se deu esse movimento já na época do Lindoso né, já falando do Lindoso, sabe o que eles fizeram, rapaz, chamaram Flaviano Guimarães que era presidente do APPM, Flaviano nós temos sua carta sindical. Agora observe APPM estava congregando professores do estado do município além de professores que tinham o direito de se sindicalizar pelo sindicato das escolas particulares. Quando saiu APPM sindical, estreitou a representatividade (inaudível) foi quando APPM não APPM, APPAM surgiu, foi neste momento é que me indicam como presidente dessa nova entidade. Nós tava em reunião com o governo quando eles disseram não, vocês não podem mais, nós podemos, nós temos uma associação tá aqui o estatuto Associação Profissional dos Professores do Amazonas, rapaz eles botam a mão na cabeça, e que o presidente agora é o professor Aloísio Nogueira (risos) rapaz foi um tapa assim violento, e assinamos um acordo já como uma entidade, APPM à época, e, e daí vem a luta para que esse acordo se realizasse, aí é que é o problema, eles assina tudo bem e tal, resolve algumas coisinhas logo de imediato, rapaz o professor dava aula assim estupidamente por que tudo foi organizado.”⁸ (NOGUEIRA, 2016, P. 8-9)

A partir da criação da APPAM, o processo de mobilização começou a se organizar o que levou ao enfrentamento ao governo estadual, resultando em greves, das quais exporemos uma em especial, a de 1983. Cabe neste cenário retratar o Governado do Amazonas neste momento, Gilberto Mestrinho.

Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, começou na política amazonense ainda na década de 1950 como prefeito de Manaus, na época indicado por Plínio Coelho. Em 1959 deu início ao seu mandato como Governador do Estado do Amazonas, onde rompe com Coelho numa disputa pelo domínio político do Estado.

No ano de 1962, reata politicamente com Plínio Coelho auxiliado por João Goulart, onde em outubro do mesmo ano, elegeu-se Deputado Federal pelo território de Roraima. Em abril de 1964, teve seus direitos cassados pelo AI-1. Com o processo de abertura política, retornou ao governo do Amazonas com as eleições diretas para governadores no ano de 1983.

Politicamente, Mestrinho era visto de maneira ambígua, ao mesmo tempo que tinha um posicionamento forte, principalmente quando se tratava da oposição política, procurava ser populista, agregando a sua imagem inclusive a figura de professor. O Professor Francisco Lemos, atuante no movimento docente do período, expõe sobre o “Professor” Mestrinho:

“E na época do Mestrinho o pessoal sonhava porque dizia assim: “O cara é professor...” Nada de professor. Só tinha o título de professor. Então o pessoal votou no Mestrinho. Nessa situação todinha aí, nós fomos reivindicar as situações de melhoria salarial e nessa época um PM já passa a ganhar melhor do que um professor. A função do professor passa a ser desvalorizada.” (Lemos, 2018, p. 01)

Com a entrada de Mestrinho, começou as negociações para melhorias que conduziria a questão salarial até as condições de trabalho e educação no estado. Várias foram as tentativas de diálogo com o governo através da APPAM, contudo sem sucesso.

Em 1983 os professores decidiram então partir para “o instrumento principal de luta por que uma das únicas armas de que dispõe é justamente a paralisação do trabalho” (BOURDIEU, 1983, p. 7).

Os meses de novembro e dezembro deu-se o período da greve que ficou conhecida pela radicalização do movimento com uma Greve de Fome.

Partiremos a partir desse momento, para análise desse acontecimento por meio das narrativas de alguns professores atuantes dos movimentos sociais na década de 1980 no que se refere participação do protagonismo que o movimento teve na época.

A memória deve ser analisada como um elemento seletivo, e “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLACK, 1992, p. 4).

Assim, a memória não pode trazer a objetividade que se espera, no que se refere principalmente a datas, personagens e monumentos e neste caso específico, estaremos nos apoiando na imprensa manauara. Para Polack, a memória:

[...] é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. (POLACK, 1992, p. 4)

Narrativas e Memórias da Greve de Fome

Para a análise das memórias dos entrevistados, nos apoiamos na História Oral como metodologia - embora cientes que tão termo não possa ser entendido somente como meio metodológico mas também teórico pela tamanha grandiosidade de fundamentação nas análises de memórias e narrativas - buscando por meio da subjetividade das fontes obtidas – as fontes orais – não uma verdade absoluta, mas à visão do entrevistado sobre os assuntos apresentados. Para o autor percebe-se que:

“A História Oral não reside onde as classes operárias falam por si próprias. [...] Fontes Oraís são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito abundante.” (PORTELLI, 1997, p. 13)

O pensamento de Portelli traz para o campo da análise da imprensa uma questão, tendo o poder hegemônico – neste caso, o governo estadual – bastante informação escrita, neste caso em jornais, a que ponto podemos nos utilizar dessas fontes para análise de classe subalternas? Como fonte, fazemos uso de alguns jornais da cidade de Manaus (*Jornal do Comércio*, *A Crítica* e *A Notícia e o Diário do Amazonas*) e analisamos como estes assumiram posições distintas sobre a greve pois já que é sabido que a ação da imprensa, não sendo neutra, fala de um lugar social específico (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 255-272).

A greve de 1983 foi fruto das negociações com o governador anterior ao de Gilberto Mestrinho. José Bernardino Lindoso, último governador eleito indiretamente, administrou o Estado do Amazonas entre 1979 e 1982. Em seu governo a APPAM já buscava diálogo e conquistas para a categoria. Para Gerson Medeiros:

“Pois é, como disse, nós estamos num processo de transição no Estado de Exceção para o Estado de Direito. Nossa Assembleia acontece uma vez com o Zé Lindoso que ainda era governador, e logo em seguida ele faz eleição, no final de novembro de oitenta e dois ele faz eleição para governador e assume Gilberto Mestrinho. Por que já tinha já no pacote, tava definindo algumas coisas [...]” (MEDEIROS, 2017, p. 4)

Transitado o governo para Mestrinho, as tentativas de negociação não avançaram, mesmo que a expectativa fosse a concretização das reivindicações por causa do novo governo.

A expectativa de melhores tempos para os professores se dava por causa da história política de Mestrinho. O senso comum entre os docentes era que um governador que se intitulava professor e que havia sido reprimido pelo regime ditatorial, não deixaria de ser propenso às negociações em tempo de abertura democrática. No entanto, não foi que acontecera. Sabemos que:

“E a sociedade amazonense a época como um todo, pelo, pela propaganda feita pelo governo Mestrinho, muitos professores claros julgavam que ele iria né, abrir as portas do Palácio Rio Negro para atender a demanda dos professores, coisa que não se realizou. Não se realizou, é então quando você fala, quando nós falamos nessas reivindicações (...) quais... nós enfrentamos o governo Mestrinho em noventa e, perdão foi em 83, 83. Muito bem, então nesse sentido é que, ao nós solicitarmos ao governo um negociação ele não aceitou, elaboramos o documento tudo direitinho, encaminhamos pro governo ele se quer ele abriu as portas para receber, para negociarmos. É neste instante é que o movimento se agiganta, por que ele é eleito em 82, mas ele assume em 83, então todo segundo semestre de 83 foi no sentido de tentar com o governo uma negociação em relação a este documento. Então este é o ponto central do processo.” (NOGUEIRA, 2018, p. 2)

O Professor João Raimundo Freitas Barbosa, o Barbosão, chegou à direção da APPAM numa disputa política que já refletia o cenário político manauara. Quatro grupos disputaram a presidência em 1982. Uma das chapas ligadas ao Professor Aloysio Nogueira aliada ao Partido dos Trabalhadores, outra ligada ao Partido Comunista Brasileiro, outra ligada à Secretaria Estadual de Educação e a vencedora, de ideologia apolítica, que levou Barbosão à Presidência da APPAM. Afirma-se que:

“Nesta disputa surge, pela primeira vez no movimento a concepção do apoliticismo, onde se defende que o movimento sindical é apolítico, não pode ter pessoas ligadas a partidos políticos e que os partidos políticos, notadamente de esquerda, são manipuladores da massa.” (DIEDERICHS, 1997, p. 111.)

O processo de construção da greve já dava sinais no mês de setembro de 1983. Em Carta Aberta, os professores pediam que os pais compreendessem os motivos de sua luta, resumindo suas ações em prol de uma melhoria da educação amazonense e o fim de um “mínimo salário”

“Não podemos nem devemos permanecer de braço cruzados vendo o Brasil caminhar a passos largos para um desfecho catastrófico.

Cabe a nós Educadores, mais de que a ninguém, tomarmos uma decisão diante desta realidade triste. (...)

Vimos, portanto, esclarecer aos alunos, pais de alunos e a comunidade em geral os nossos mais dignos propósitos de lutar por uma educação voltada, de fato, para seus verdadeiros objetivos – preparar o povo para atuar eficaz e conscientemente (...)

Não aceitamos mais este mínimo salário; a falta de assistência material as escolas; as salas super lotadas, onde professores e alunos vivem apinhados como insetos.” (...)9

Outro documento oficial da APPAM endereçado ao Governador do Amazonas informou que ocorrera em outubro do mesmo ano uma Assembleia Geral Extraordinária que havia decidido por iniciar o processo de negociação com o governo vigente. O documento que dava um prazo de 48 horas para resposta do Chefe do Executivo, ainda explicitou:

“Em face da decisão da Assembleia Geral Extraordinária desta categoria, realizada em 14 de outubro próximo passado, esta Associação encaminhou a Vossa Excelência no dia 17 do mesmo mês o seu documento reivindicatório, em que pleiteiam: melhores condições para o ensino e salários mais justos para a categoria.

Ocorre, porém, Senhor Governador que já são, decorridos 22 dias e até o presente momento não recebemos nenhum pronunciamento (...)” 10

A solicitação dos docentes encontrava naquele momento um problema: o Governador Gilberto Mestrinho não estava no estado, assumindo assim o posto o Vice-Governador Manoel Ribeiro. A imprensa amazonense noticiava no dia 11 de novembro de 1983 a posição do governo dada por Manoel Ribeiro. Com a nota “Advertência aos professores”, assim foi exposto a posição do governo:

“O Governo não aceita confronto. Todos aqueles que tentarem se confrontar com o governo receberão a resposta a altura. (...) recebi hoje de manhã, uma carta dos professores e achei estranho que eles tenham dado ao governador um prazo de 48 horas para me pronunciar. Quero dizer que o Governo do Estado é um governo eleito pelo povo e não aceita pressão de quem quer que seja.”¹¹

A notícia já dava uma certa ideia de como se dariam as negociações entre as partes. Ainda na nota é possível perceber o antagonismo político-partidário entre os professores e o governo, pois Manoel Ribeiro “(...) encareceria aos professores que não deixassem levar por pseudos líderes que estão apenas querendo confrontar com o governo. Devo dizer que o Governo também não aceita esse tipo de pressão.”¹²

Com a proposta de levar à população manauara uma imagem negativa dos docentes, o jornal *A Crítica* expôs uma nota assinada pelo Secretário de Administração do Estado. Intitulada “A questão do magistério”, a nota trouxe em seu corpo ataques ao movimento da APPAM e de seus componentes:

“Sublinha-se que o grande problema não é de professores que foram demitidos, mas de formados que ainda não conseguiram sua primeira

colocação (...) o Estado tem administrado o problema com seriedade. Primeiro aproveitando os mestres ociosos (...) e que estão dispostos a trabalhar. Segundo saneando a folha de acumulações irregulares, (...).

Vejamos por exemplo, a acumulação caracterizada incontestável do Professor Aloisio Nogueira, um dos líderes da Associação Profissional dos Professores do Amazonas e seu ex-presidente (também do PT). Possui contrato de tempo integral na Universidade do Amazonas, devendo ficar 40 (quarenta) horas a disposição do ICHL – Instituto de Ciências Humanas e Letras. Também semanalmente deve dar seis aulas no Farias de Brito, dezoito no Nilo Peçanha e doze no Supletivo que funciona na Penitenciária. Seria demais pedir ao mestre que sua ficha de presença se constituísse em assiduidade. (...) enquanto convoca por mais emprego, o sr. Aloisio Nogueira está tomando a vaga de pelo menos um dos formados que estará escutando seu inflamado discurso.

(...)

O melhor caminho continua sendo o do entendimento, jamais o da confrontação absolutamente desnecessária (...).”¹³

No dia seis de novembro em Assembleia Extraordinária que tratou sobre o aguardo da resposta do governo, os professores discutiram a nota daquele dia. A postura do governo atacava diretamente uma das lideranças da Associação e do movimento. O Boletim da reunião expunha:

“Durante a reunião, os professores se mostraram indignados e revoltados com o artigo publicado no Jornal “*A Crítica*” do mesmo dia, do Sr. Mário Antonio Sussman, que responde no momento pela Secretaria de Planejamento do Estado, intitulado “PROFESSORES, O CAMINHO POSSÍVEL”, onde se confunde reivindicar com perturbar a ordem (...).

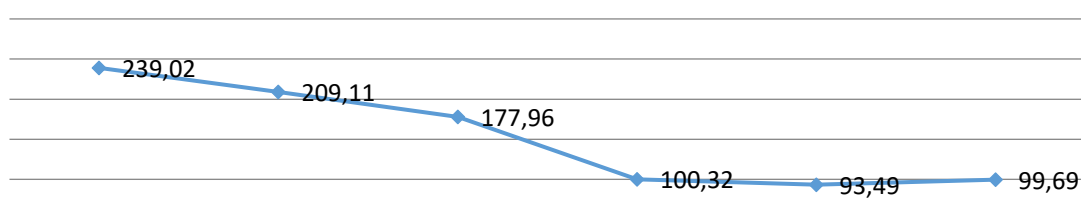
A indignação dos professores resulta, sobretudo, da forma como são tratados no artigo, ou seja como massa sem direção própria e incapaz de formular e encaminhar suas reivindicações.

Se o artigo tenta responder ao documento reivindicatório, até o momento, sem resposta oficial, a APPAM esclarece ao magistério que não aceita tal manobra.”¹⁴

A Greve dos professores foi iniciada no dia 11 de novembro de 1983, após decisão em Assembleia realizada no dia 08 do mesmo mês, com o aviso: “*DECLARAMOS INICIADA A PARALIZAÇÃO DIDÁTICA DO MAGISTÉRIO AMAZONENSE, até deliberação contrária.*”¹⁵. O professorado buscava conquistar um reajuste de 120% nos salários. O governo declarava não ter condições de conceder o reajuste devido a problemas financeiros no Estado.

Como apresentava o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC16 do primeiro quinquênio da década de 1980, o índice inflacionário corrompia naquele momento o salário de todas as categorias de trabalhadores do Brasil.

Gráfico 1: INPC (1980-1985)



Fonte: Página do IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br acessado em 03 de Março de 2018. Produzido pelo autor da pesquisa.

No dia 14 de novembro com os professores já em greve, o governo estadual recebeu representantes dos professores na tentativa de intermediar um fim para a paralisação. Entretanto o quesito principal das reivindicações dos docentes mostrava-se longe de uma solução. Segundo o *Jornal do Comércio*:

“Foi de quatro horas o primeiro encontro do Governador Gilberto Mestrinho com os dirigentes da Associação dos Professores, ontem à tarde, em Palácio Rio Negro, e serviu para estabelecer os primeiros passos para a negociação. O Governador [...] ouviu com atenção as explicações dos professores e fez questão de analisar, ponto a ponto, os sessenta e dois itens das reivindicações[...]. Os itens foram considerados justos pelo governador [...]. No entanto, Mestrinho explicou que não poderia atender os pedidos sobre aumento devido as dificuldades financeiras do Estado.”¹⁷

As negociações com o governo estenderam-se até o dia 23 de novembro, sem respostas positivas para os docentes. Frente ao cenário que se mostrava, os professores realizaram uma grande Assembleia com mais de 4.000 professores que decidiram pelo fim da Paralisação Didática e início da Paralisação Geral.

“A Paralisação Geral, significa que os professores comparecerão aos colégios, mas não ministrarão aulas, permanecendo em assembleia permanente em seus locais de trabalho. Ficou decidido, da mesma forma, que comissões de professores de unidades educacionais visitam as sub-unidades e certifiquem os professores a respeito do movimento da categoria. Ainda na Assembleia ficou aprovada um fundo de greve. Através desse fundo, os professores terão condições de dar continuidade ao esclarecimento da categoria, através de visitação Pessoal de membros da APPAM e de boletins informativos.”¹⁸

Em resposta aos professores, o Governo do Estado usou as folhas da imprensa para iniciar um processo repressivo aos docentes. As notas ainda afirmavam haver dentro do movimento dos professores, um grupo político que buscava desestabilizar o governo. O grupo político ao qual o governo se referia, eram elementos da APPAM que faziam parte do Partido dos Trabalhadores.

“Todos nesta Terra sabem da situação de falência e desorganização administrativa como reencontrei o Estado a 15 de março do corrente ano.

(...)

Apesar disso, com trabalho sério. (...) estamos mantendo os pagamentos do pessoal em dia (...) e restaurando a dignidade do Estado.

(...)

No entanto um grupo irresponsável e politicamente engajado a correntes extremistas de esquerda tenta tumultuar a vida do Estado, exclusivamente em busca de rendimentos políticos, tentando sair da cova em que o povo sepultou a 15 de Novembro.

Não haverá mais discussões e quem promover greve será sumariamente demitido.

Aos professores sérios e responsáveis o meu apelo: confiem no governo que é sensível aos problemas dos que fazem do serviço público uma honra.

De coração

Gilberto Mestrinho”¹⁹

Para o professor Aloysio Nogueira, a fala de mestrinho baseia-se nas ligações políticas criadas nas eleições para o governo em 1982. Segundo ele:

“Muito bem, em oitenta e dois Gilberto sai candidato, o PT sai com candidato também, o PT não tem, sai sozinho praticamente, mas as outras forças todas foram para o guarda-chuva do PMDB era um grande partido, era guarda-chuva esse é que é a verdade, o PT não.” (NOGUEIRA, 2017, p.14)

A repressão do governo aos grevistas inicia partir do dia 29 de novembro apoiado em uma legislação do Regime Militar sobre Greve. O Decreto 1632 de 04 de Agosto de 1978, uma lei ainda editada no Regime Militar, não permitia a serviços e servidores públicos a adesão em movimento grevista, reprimindo por meio deste os trabalhadores com diversas punições que iam desde advertência à demissão sumária²⁰. Os artigos do texto explicitavam:

“(...)

Art. 2º Para efeitos deste Decreto-Lei, constitui greve a atitude da totalidade ou de parte dos empregados que acarrete a cessação da atividade ou diminuição de seu ritmo normal.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o empregado que participar de greve em serviço público ou atividade essencial referida no artigo 1ºm incorrerá em falta grave, sujeitando-se às seguintes penalidades, aplicáveis individual ou coletivamente, dentro do prazo de 30 dias do reconhecimento do fato, independente do inquérito:

I – Advertência;

II – Suspensão de até 30 (trinta) dias;

III – Rescisão do contrato de trabalho, com demissão por justa causa.

§ 1º Quando se tratar de empregado estável, a demissão será precedida de apuração da falta em processo sumário.

(...)”²¹

No primeiro dia de dezembro, a imprensa manauara em sua totalidade, noticiou os nomes dos primeiros professores suspensos. Embora a Lei de Greve relatasse que os professores poderiam e foram suspensos, a imprensa noticiava o fato como demissão. Os professores também tinham a compreensão que aconteceu naquele momento foi uma demissão a servidores que entraram no serviço público por meio de concurso público o que lhes garantiam estabilidade. Mesmo cientes que o governo reprimiria o movimento, Aloysio Nogueira se viu surpreso com a atitude do governador

(...) daí é que vem se alastrou uma série de repressão em relação ao movimento, tanto é só pra te dar um exemplo, ele demitiu sumariamente uns, acho que uns setenta professores, sai nos jornais rapaz o nome de cada um, tem alista deles sumariamente demitidos. Eu por exemplo, eu e minha mulher fomos demitidos sumariamente. Agora como é que você concursado é demitido sumariamente? (NOGUEIRA, 2017, p. 16)

Diferente de Aloysio Nogueira, o professor José Freire via no fato um fortalecedor para os professores. Segundo ele:

“Aí quando demite James, eu estava presente, lotado sete mil professores estavam presentes, o Professor Aloysio Nogueira colocou a demissão da direção da APPAM. Aí surgiu lá da base um professor que ninguém nem conhece, ele conhecia a gente, que a gente era liderança, a gente não conhecia porque a gente não conhecia todo mundo... Professor levantou e falou: “Eu quero fazer uma proposta, que se demitir um companheiro nosso da APPAM que a lista dos sete mil aqui presentes nessa assembleia seja encaminhada ao governador, se demitindo também.” Olha o caos que iria causar, sete mil professores se demitindo também, ia parar a educação no Estado. Isso foi aprovado por unanimidade, quando foi aprovado por unanimidade eu fiz um discurso e disse: “Nós já somos vitoriosos!” Porque eu sabia que o governador não ia aguentar.” (FREIRE, 2017, p. 8)

Ainda sobre as demissões, o professor Gerson Medeiros salienta que o momento foi de reflexão sobre o andamento das ações do movimento. A percepção que o governo vigente não aceitava ser pressionado, tornava-se cada vez mais real. Refere-se o autor:

“Aí esse momento aí foi importante pra nós de profunda reflexão. É que de madrugada chegava à lista dispensado, o Gilberto Mestrinho dispensando, exonerando os professores estatutários. Saía em Diário Oficial. Então saía a lista de quinze, vinte e cinco, aí eu sei que quando chegava de manhã aí vinha a última lista, os “caras” eram terríveis. Aí quando os “caras” pegavam aquilo, meu Deus do Céu era um alvoraço porque eles estavam na luta política. Aí foram setenta e cinco professores na realidade que foram dispensados.” (MEDEIROS, 2017, p. 6)

Outra listagem ainda foi editada pelo governo do Estado totalizando 70 professores suspenso. Não decididos a parar, os professores reuniram-se novamente em Assembleia e optaram por radicalizar o movimento:

“Rapaz isso aí movimentou, de uma... encheu assim aquele Olímpico Clube. Rapaz uma assembleia monstruosa rapaz, eu não estava dirigindo a entidade a época porque o dirigente [inaudível] setenta e nove, oitenta, depois passaram pra outro, quem estava dirigindo essa entidade, ele até morreu o dirigente, o Barbosa, Barbosa, mas o Barbosa não tinha, é isso que eu te digo não tinha a oratória e não tinha a capacidade de agregar o... ele foi praticamente atropelado rapaz, sem querer: “pode ser, não você vai e faz a proposta”. Então eu é que falava, eu que dirigia, enfim retomei todo aquilo que eu fazia antes desse movimento, então tanto é que surgiu a greve de fome, sabe essa igreja aqui da praça quatorze ali na Duque de Caxias, na Visconde de Porto Alegre? Como é o nome? São José Operário, rapaz, eu nunca tinha visto aquilo rapaz, o Ricardo Bessa foi um dos que entrou em greve né de fome, o Barbosa o também, o presidente entrou em greve de fome, como é que, desistir da presidência, como é que pode, ele foi, que dizer ele foi, daí deixou o flanco aberto né, mas daí tinha um grupo que o apoiava, e nós seguramos a barra, rapaz foi uma parada (...)”. (NOGUEIRA, 2017, p. 13)

No dia 1º de dezembro, os dois primeiros professores – Barbosão e Francisco Lemos - iniciaram a Greve de Fome na Igreja de São José Operário. A proposta era que a cada 24 horas outro docente entraria na greve até que o governo reestabelecesse os diálogos. A saída de Barbosão, presidente da APPAM, para a greve, deixou um espaço na direção do movimento que teve que ser assumido pelo grupo liderado pelo professor Aloysio Nogueira:

“(...) o Barbosa (...), o presidente entrou em greve de fome, como é que, é desistir da presidência? Como é que pode? Ele foi, quer dizer ele foi, daí deixou o flanco aberto né, mas daí tinha um grupo que o apoiava, e nós seguramos a barra, rapaz foi uma parada, foi lá veio cá e nada do governo atender né, com, negociar pelo menos, fazer pelo menos uma negociação, nada, (...)”. (NOGUEIRA, 2017, p. 13-14).

Figura 01 – Primeiros professores em Greve de Fome. Professor João Barbosa (direita) e Professor.

Francisco Lemos (esquerda).



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 02 de dezembro de 1983, p. 05.

**Greve de fome será suspensa
só com reabertura do diálogo**

Francisco Lemos, lembra que a tomada de decisão para a Greve de Fome mesmo que necessária, foi feita de maneira rápida e desorganizada. Com o objetivo de combater as “demissões” do governo. A narrativa dele é exposta dessa forma:

“(...) aí ele baixou um decreto onde ele exonerava todos os professores. Todo mundo teve medo... todo mundo voltou pra sala de aula, aí então veio a ideia. O finado Barbosão: “vamo fazer uma greve de fome?”. Mas o Barbosão não era pra entrar, porque ele era um dos diretores, presidente da casa... (...) Aí nós tivemos essa ideia. Aí nós botamos... nesse dia nós fechamos a Constantino Nery. Botamos ali mais de dez mil professores no Olímpico. Dali nós saímos pra Greve de Fome. Saiu pra Greve de Fome eu e Barbosão e o resto vinha depois como é o caso do Bessa, como é o caso de outros colegas, a Socorro, a *Socorrora* é uma professora que já tá aposentada, mas não era fácil aquela mulher. Aí eu entro no negócio. Quando eu entro, aí chama a atenção da imprensa nacional e internacional, entendeu? Nessa altura do campeonato não sensibilizou o governo. As escolas todas pararam, só ficou escola de samba dando aula pra quem quisesse. Parou tudo. Aquele momento foi um momento de coragem e fraternidade dos professores. Resultado, quando ele viu que “tava pegando” ele retrocede e torna todas as portarias que ele tinha assinado de exoneração, professor concursado... Todo mundo tinha medo... sem efeito. Aí pede pra acabar com o escândalo da greve de fome, foi escandalizante. Foram dois dias, entendeu? Resultado dessa situação toda meu irmão é que nós ganhamos...” (LEMOS, 2018, p. 3-4)

José Freire foi outro docente que participou da Greve de Fome e viu na atitude radical, um impulso na luta contra o governo estadual. Para ele:

“Aí nós fomos à greve de fome... Quando entrei em greve de fome... Bom, aí fizemos essa assembleia de sete mil professores no Olímpico, e ele (Gilberto Mestrinho) demite toda a direção da APPAM, inclusive a mim. [...] Porque eu sabia que o governador não ia aguentar. Aí foi quando eu entrei em greve de fome pra substituir o Chico Lemos, eu e a Socorro... A Socorro era uma gordinha, ainda tinha carne, eu não tinha não. [risos]. Aí vem aqueles apelos de evangélicos dando bíblia, católicos pedindo “não vá professor o senhor vai se matar” e eu disse: “mas é a causa, eu estou aí... se eu não for quem vai?” Aí pegamos e fizemos a greve de fome. Daí surge o Comitê das Mães dos Professores demitidos, olha só, não se você já tinha ouvido falar disso? Comitê das Mães dos Professores demitidos, minha mãe fez parte do Comitê, Dona Elisa Bessa. Saía às ruas, as velhinhas, fazendo pedágio, parando os carros... isso é histórico! E denunciando o governador.” (FREIRE, 2017, p. 15)

A professora Arminda Mourão, atuante no movimento docente desde a década de 1980, observou a participação de setores externos no fim da Greve de fome que durou dois dias com quatro participantes. Foi determinante a intervenção da Igreja Católica através do Arcebispo de Manaus Dom Milton de Souza. Não se pode deixar de salientar a participação de políticos também na contribuição para o fim da Greve. Para Mourão:

“(…)foram os deputados federal e o senador e se colocaram a favor do movimento impedindo inclusive que tivesse consequências mais graves. É importante a gente, a gente destacar que a, era importante, foi muito importante a presença da Igreja, Dom Milton... Dom Milton foi uma, uma figura emblemática né, Dom Milton ele não se furtou de é... se colocar contra os abusos do governo né. Foi um Bispo que ficou que marcou a sua permanência como bispo, ele vai ser uma figura importante na consolidação, na questão da greve de fome né, ele vai ser um dos interlocutores. Negocia com o Estado né, em defesa dos trabalhadores da educação, foi um dos interlocutores. Tivemos três interlocutores né, Dom Milton, Igreja, o Reitor da Universidade Federal do Amazonas que por coincidência (risos) era meu pai o velho Botelho Mourão né, e o parlamentar, os parlamentares né, que tiveram, agora a presença do Dom Milton foi fundamental. Tanto é que a gente se refugia né, na igreja na, São José Operário na época dessa greve de fome da repressão etc.” (MOURÃO, 2017, p. 4-5)

Figura 2– Fim da Greve de fome. Na imagem, o professor Francisco Lemos parece socorrido por outros professores e pelo médico do PT, Marcus Barros.



Fonte: *A Crítica*, 03 de dezembro de 1983, p.03

Considerações Finais

O conjunto de setores como a Igreja Católica, OAB, Parlamentares e a comoção que causou na sociedade amazonense com a greve de fome, fez com que o governador retomasse as negociações com os professores, concedeu o fim à greve no dia 2 de novembro quando já se encontravam quatro docentes. A Comissão sob liderança de Dom Milton conseguiu com os professores o retorno às aulas com o fim da greve.

A paralisação dos professores manauaras, que especificamente nesta greve, durou mais de 20 dias, não conquistou de imediato o reajuste salarial de 120%. Esse fato levou os docentes a se organizarem diversas vezes na década de 1980 e os enfrentamentos com o governo chegaram a agressões aos professores em outros episódios. A exemplo, no ano 1985, há uma nova mobilização pelas mesmas questões de 1983. O ano político posiciona professores e governo em lados políticos antagônicos. Tal fato conhecido na memória dos professores como “A Batalha do Igarapé de Manaus”, é uma prova da grande atividade do movimento docente na década de 1980.

Referências

AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002.

Anuários Estatístico do Brasil (AEB)– 1971 a 1975

Anuários Estatístico do Brasil (AEB)– 1980 a 1985

BOURDIEU, Pierre. A greve e a ação política. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, nº 35, dez. 2007, p. 255-272.

DIEDERICHS, Arminda Raquel Mourão. *Movimento de professores de 1º e 2º Graus: Uma análise crítica*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A Ditadura Militar e a Proletarização dos Professores. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 27, nº 97, p. 1159-1179. Set/Dez 2006.

FREIRE, João Ricardo Bessa. Entrevista gravada em 3 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada.

Jornal *A Crítica (AM)*: Novembro e Dezembro de 1983

Jornal do Comércio (AM): Novembro e Dezembro de 1983

LEMOS, Francisco Ferreira. Entrevista gravada em 28 de Maio de 2018. Realizada por James Batista, digitada.

MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. O lugar social docente: Proletário, Camada média ou trabalhador improdutivo? *XII Encontro Estadual de História*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2014, p. 1-11.

MEDEIROS, Gerson. Entrevista gravada em 5 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada.

MOURÃO, Arminda. Entrevista gravada em 1 de fevereiro de 2017. Realizada por James Batista, digitada.

NOGUEIRA, Aloysio. Entrevista gravada em 6 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada.

POLACK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano:*

regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TILLY, Charles. Movimentos Sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 133-160.

1 Opta-se pelo termo Ditadura Civil Militar, baseado na participação da sociedade civil na construção do golpe de 31 de março de 1964 até a sua consolidação. A ideia de que a tomada de poder, ao Presidente João Goulart, foi um golpe “Civil-Militar”, pode ser conferida em FERREIRA, Jorge, GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Sobre a discussão em torno da não participação civil neste processo, recomenda-se FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, nº 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.

2 O Ato Institucional foram decretos que amparavam atos do governo militar. A exemplo deste decreto, temos o Ato Institucional nº 5.

3 FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 4, nº 47, p. 29-60, Jul. 2004. p. 37.

4 Até o fim do bipartidarismo em 1979, existiam dois partidos que deveriam em tese ter papel de posição e oposição. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), fundada em 1966, fazia o papel de “situação” em apoio ao governo vigente. Já o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tinha uma postura oposicionista, contudo de forma controlada pelo governo militar.

5 A ARENA deu espaço ao Partido Democrático Social (PDS) e o MDB no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (Partido Popular), este segundo fruto de uma ala moderada, mas que se fundiu novamente com o PMDB, tempos depois. Com o retorno dos exilados após a lei de anistia, a cisão dos trabalhistas do PTB, ocorreu a criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) sob liderança de Leonel Brizola, que retornara do exílio. Em 1980, surge o Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha em seu corpo, centenas de militantes oriundos da Igreja Católica, sindicalistas e metalúrgicos paulistas.⁵ Cf. Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, pp. 175-176.

6 Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

7 Anuário Estatístico do IBGE (1971-1975).

8 NOGUEIRA, Aloysio. Entrevista..., p. 8-9.

9 APPAM. CARTA ABERTA. Manaus, 14 de Setembro de 1983.

10 Ofício nº 155/83 - APPAM

11 *Jornal do Comércio*. Manaus, 11 de Novembro de 1983, p. 3.

12 *Jornal do Comércio*. Manaus, 11 de Novembro de 1983, p. 3.

13 *A Crítica*. Manaus, 06 de Novembro de 1983. p. 2.

14 Boletim nº 008/83 - APPAM

15 Boletim APPAM - 008/83. Neste documento era informado aos docentes como proceder na Paralisação Didática que consistia em ir à Unidade Educacional, assinar o Livro de Ponto e discutir nos primeiros tempos com os estudante os motivos da paralisação. Cabia ainda neste momento a organização dentro das unidades onde eram escolhidos os professores representantes de turno e como se encaminharia as ações do movimento.

16 O INPC medido pelo IBGE desde 1979 afere as faixas salariais de até cinco salários mínimos e tem como objetivo mostrar a variação dos preços no mercado varejistas, assim expondo o custo de vida dos trabalhadores inseridos nesta faixa salarial. Do ano de 1982 a 1983 o índice demonstrou uma queda de mais de setenta pontos percentuais, contudo ainda na casa dos 100% que demandava a luta dos professores em cento e vinte por cento de reajuste, sendo 100% de reposição e 20% de ganho real.

17 *Jornal do Comércio*. Manaus, 15 de Novembro de 1983, p. 5.

18 *Jornal do Comércio*. Manaus, 25 de Novembro de 1983, p. 5.

19 A nota do governo foi publicada nos jornais de maiores circulação da Capital amazonense do dia 29 de Novembro de 1983

20 *Jornal do Comércio*. Manaus, 30 de Novembro de 1983, p. 5.

21 Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de Agosto de 1978 Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1632-4-agosto-1978--350976-publicacaooriginal-1-pe.html> acessado em 18 de Abril de 2018.

Submetido em 20 de agosto de 2018.

Aprovado em 23 de março de 2020.